

A DOCTRINA DA MEMÓRIA EM ALBERTO MAGNO

THE DOCTRINE OF MEMORY IN ALBERT THE GREAT

Divania Luiza Rodrigues¹

Terezinha Oliveira²

José Ricardo Pierpauli³

RESUMO

Neste texto, focalizaremos os níveis de fundamentação da memória contidos na doutrina de Alberto Magno (c. 1200-1280), quais sejam o teológico, o filosófico (metafísico) e o prático (moral). Embora possamos distinguir esses três níveis, eles estão entrelaçados na doutrina do autor. Alberto Magno, como teólogo e filósofo, imerso em seu tempo, transformou os estudos de seus predecessores, expressando em suas obras que o agir moral humano tinha sua razão final em Deus. Os estudos historiográficos e das fontes do autor, como o *De anima* (Sobre a alma), foram importantes para conhecermos os conceitos relacionados à alma, ao intelecto, à participação e à luz divina. Esses conceitos, fundamentais na compreensão da doutrina da memória, mostram que o aspecto teológico perpassa a obra do

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora Adjunta do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, *Campus* Campo Mourão). *E-mail*: divania.rodrigues@unespar.edu.br

² Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pós-Doutora em História e Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular da Universidade Estadual de Maringá (UEM) junto ao Departamento de Fundamentos da Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Pesquisa temas e autores medievais, especialmente os relacionados às Universidades, à Escolástica e a Tomás de Aquino. *E-mail*: teleoliv@gmail.com

³ Doutor em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional de Cuyo, Mendoza (AR). Pós-Doutor em Filosofia Política Medieval pelo *Grabmann-Institut* e Instituto Alberto Magno, em Bonn (Alemanha). Professor Adjunto Ordinário da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA). Investiga acerca de Filosofia Política com especial referência às obras de Alberto Magno e de Tomás de Aquino. *E-mail*: josericardopierpauli@yahoo.com.ar

mestre dominicano. A memória se localiza na alma racional, que emana de Deus. Ela é fundamental para preservar os conhecimentos e para alcançar a Sabedoria divina.

Palavras-chave: Educação. Alberto Magno. Memória. Intelecto.

ABSTRACT

In this text, we will focus on the foundational levels of memory contained in the doctrine of Albert the Great (c. 1200-1280), which are the theological, the philosophical (metaphysical) and the practical (moral). Although we can distinguish these three levels, they are intertwined in the author's doctrine. Albert the Great, as a theologian and philosopher, immersed in his time, transformed the studies of his predecessors, expressing in his works that human moral action had its final reason in God. Historiographical studies and the author's sources, such as *De anima* (About the soul), were important to understand the concepts related to the soul, intellect, participation and divine light. These concepts, fundamental in understanding the doctrine of memory, show that the theological aspect runs through the work of the Dominican master. Memory is located in the rational soul, which emanates from God. It is fundamental to preserve knowledge and to achieve divine Wisdom.

Keywords: Education. Albert the Great. Memory. Intellect.

INTRODUÇÃO

Membro da Ordem dos Pregadores (OP), *Albrecht von Bollstädt* – *Albertus Magnus*, em latim, Alberto Magno ou ainda Alberto de Colônia, como também era conhecido por seus contemporâneos –, nasceu em Lauingen, na região da Suábia, às margens do rio Danúbio, na diocese de Augsburg, na [atual] Alemanha. A data de seu nascimento é controversa e objeto de discussão⁴ (TARABOCHIA CANAVERO, 1987). O nascimento de Alberto de Colônia ocorreu em c.1200, de acordo com estudos recentes do *Albertus-Magnus-Institut*⁵, na Alemanha.

O século XIII ocidental foi marcado por grandes transformações, dentre as quais destacamos o desenvolvimento comercial e urbano – desencadeados nos séculos XI e XII – e o surgimento das Universidades e das Ordens Mendicantes e, no interior destas, a Ordem dos Pregadores, da qual Alberto Magno foi um dos membros mais expressivos. Foi no interior dessa Ordem que ele, como mestre universitário, foi capaz de refletir profundamente sobre a memória como faculdade mental indispensável para os/dos homens. Como salienta Lauand (1998), no século XIII, a memória era considerada como um importante instrumento de aprendizagem, a base de todo o relacionamento humano com a realidade, fundamental para se aprender, conhecer e transmitir cultura.

Destacamos a importância desta questão para a formação humana, pensada como elemento social e não exclusivamente individual, visto que, sem a memória, não há aprendizagem de qualquer saber. Por meio dela, desde o nascimento, acumulamos experiências fundamentais

⁴ A estudiosa alemã Craemer-Ruegenberg (1985, p. 11) fixa o ano de 1193, mas informa que grandes estudiosos, como Fr. Pierre Mandonnet, O. P. (1858-1936) e, seguindo-o, Fernand Van Steenberghen (1904-1993), mencionam o ano de 1206. Outros estudiosos referem-se ao ano de 1193, outros ao de 1206 e outros ainda ao de 1200.

⁵ Os pesquisadores do *Albertus-Magnus-Institut* são responsáveis, desde 1931, por pesquisas e pela edição histórico-crítica das obras albertianas (*Editio Coloniensis*). A cronologia, de acordo com o estado atual da pesquisa, está disponível em língua alemã, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.albertus-magnus-institut.de/Zeittafel_Internet.pdf>.

para toda a vida em sociedade, para a própria existência humana. Uma sociedade que não possui memória do seu passado não tem história e não tem condições de planejar nem seu presente nem seu futuro. Responsável pela preservação e pela produção de conhecimentos, a memória é um instrumento de ligação dos homens com a sua história, bem como de compreensão das transformações nas relações humanas.

Desse modo, neste trabalho, considerando a importância do estudo do tema da memória, optamos por desenvolver uma discussão sobre ele. Tomaremos como base os argumentos e as reflexões do mestre dominicano, teólogo e filósofo alemão, Alberto Magno. Estudioso e observador constante da natureza desde a juventude, ele estudou o homem em sua relação com a natureza e com Deus e enfrentou, como outros estudiosos de seu tempo, o desafio de estabelecer a unidade entre fé e razão.

Homem da Igreja, instituição que exercia um papel fundamental na formação dos homens daquele momento, fossem eles religiosos, fiéis ou leigos, ele foi um evangelizador e educador que, dedicando-se à educação da memória e pela memória, vinculou-a a uma virtude: a prudência. Pela maneira como ele a apresenta, somos levados a pensar na memória retórica, usada como técnica de memorização (mnemotécnica) nos ensinamentos cristãos. Por si, este fato mostra que a memória, como faculdade intelectual, era necessária para a aprendizagem e fazia parte do ato educativo. No entanto, para além de uma técnica de memorização, em sua proposta, ela destinava-se a orientar determinados comportamentos, a orientar o agir humano. Por isso, ele a vincula à prudência, atribuindo-lhe um sentido moral. Para o homem virtuoso, prudente, que deseja agir pela reta razão, a memória do passado é fundamental para orientar tomadas de decisão no presente. O homem virtuoso precisa voltar ao passado, aprender com a experiência do passado para agir bem e evitar o mal.

Na obra *De bono*, o autor organiza os tratados sobre as virtudes – fortaleza, temperança, prudência e justiça. Nela, como o título indica, ele disserta Sobre o bem, enfocando-o do ponto de vista da moral. Alberto Magno escolhe falar do ‘bem’ em um momento em que a Igreja

enfrenta vários questionamentos à sua doutrina, ou seja, enfrenta muitos ‘males’. Ainda que o autor aborde o ‘bem’ no sentido de guiar o comportamento humano, sua razão reside no ‘bem’ da existência humana, Deus. O ‘bem’ da existência é um dos fundamentos de sua doutrina da memória.

Além dos estudos historiográficos, incluímos como fontes outros textos do autor, como *De anima* (Sobre a alma). Recorrer ao *De anima*, uma obra da maturidade de Alberto Magno, composta provavelmente entre os anos 1254-1257, foi importante para conhecermos os conceitos relacionados à alma, ao intelecto, à participação e à luz divina. Com tais conceitos, entendemos a localização da memória na alma racional e os fundamentos (metafísico e teológico) de sua defesa de que a memória era necessária ao agir prático, moral do homem.

Como homem da Igreja, mesmo tratando de questões do âmbito político, do agir moral, o autor tem como referência o aspecto teológico. Por isso, em sua doutrina da memória, ele articula os níveis metafísico, teológico e prático. É indispensável, na verdade, que entendamos que, no período em foco, esses aspectos do pensamento não eram considerados como particularidades, mas como uma totalidade.

1 O ASPECTO TEOLÓGICO COMO FUNDAMENTO DA MEMÓRIA EM ALBERTO MAGNO

Antes de nos dedicarmos às reflexões específicas de Alberto Magno sobre a memória, consideramos relevante chamar a atenção para um ponto (ou aspecto) fundamental: nossa análise de seu pensamento é focada tanto em um quanto em outro de seus dois vieses, o filosófico e o teológico. Ainda que esta observação possa ser considerada óbvia, temos razões para dar-lhe relevo. No decorrer das leituras historiográficas, como destaca Pierpaoli (2013), fundamentado em Honnefelder, observamos que muitos dos investigadores e editores críticos da obra do *Doctor universalis* acentuam que seu saber era independente de sua ordenação teológica e, portanto, da fé religiosa cristã. Na leitura e interpretação da obra albertiana, alguns estudiosos tendem a

expurgá-la de toda teologia, limpá-la daquilo que a modernidade, por sua própria historicidade, passou a considerar como uma questão de menor relevo em face da ‘complexidade’ da vida moderna. Por isso, essa questão deveria ser deixada de lado.

Pierpauli (2013, p. 2, tradução nossa), por exemplo, observa que, desde os anos 60 do século XX, no estudo de “[...] algumas obras produzidas durante a primeira e parte da segunda metade do século XIII”, período em foram produzidas as obras de Alberto Magno e Tomás de Aquino, foi se caracterizando a tendência de “[...] de-potenciar os argumentos filosóficos, em especial aqueles concernentes à Filosofia Prática, de sua fundamentação, tanto metafísica, como teológica⁶”. Esse termo, ‘de-potenciar’, segundo o autor, significa tirar a força dos conceitos, isolá-los da totalidade de seu significado originário; no caso específico, separar o pensamento dos autores de suas projeções teológicas.

Contudo, quando, pelo nosso procedimento habitual de retomar o passado, investigamos esse processo de ‘de-potencialização’ – apropriando-nos do termo/conceito do autor citado, observamos que, embora nos anos 60 do século XX, essa fragmentação seja bastante perceptível, ela não é originária desse período. Suas raízes são mais longínquas. Segundo esse autor, o processo de autonomização da ciência, em relação tanto à Teologia quanto à Metafísica, teve início no próprio século XIII, posteriormente às elaborações de Tomás de Aquino. As elaborações de Duns Scoto (-1308), Guilherme de Ockham (1300-1349), Marsílio de Pádua (1275-1343), Nicolau de Cusa (1401-1464) e Thomas Hobbes (1588-1679) tornaram-se suporte para que, no século XVIII, Immanuel Kant (1724-1804) se posicionasse a respeito da autonomia da ciência em relação aos princípios especulativos, tanto os teológicos quanto os metafísicos. Nesta perspectiva, ao desconsiderar os fundamentos teológicos e metafísicos, atribuindo aos

⁶ “A decir verdad, existe ya desde los años 60 una marcada tendencia hacia la interpretación de algunas obras elaboradas durante la primera y parte de la segunda mitad del siglo XIII, cuyo objetivo es precisamente de-potenciar los argumentos filosóficos, en especial aquellos concernientes a la Filosofía Práctica, de su fundamentación, tanto metafísica, como teológica” (PIERPAULI, 2013, p. 2).

próprios autores medievais, como modelos de pensamento autônomos, a condição dos saberes que eles produziram, a nova tendência de estudos estaria colaborando para uma interpretação que também autonomiza o contexto [cristão] em relação a tais autores.

Conforme Pierpauli (2007), iniciada no século XIII e prolongada até o nosso século, a progressiva separação da ciência de sua base teológica e metafísica teria contribuído para a situação atual da ciência, ou seja, para que esta fosse separada de sua fundamentação filosófica e de toda regulação moral.

Em razão desse processo de construção da autonomia da ciência, nos mesmos anos 60, emergiu um movimento de autores em defesa de um modelo antagônico, que, no caso das obras de Alberto Magno, era proclamado como um modelo ‘onto-teológico’. Dentre esses autores, estão Santiago Ramirez, Henryk Anzulewicz e José Ricardo Pierpauli, com os quais concordamos quanto ao entendimento de que as obras e o pensamento de um autor não podem ser compreendidos desvinculados de seu contexto, do tempo histórico de sua elaboração. Reiteramos, portanto, que, para a compreensão do pensamento do mestre dominicano Alberto Magno e de sua produção intelectual, não podemos deixar de considerar seu contexto, bem como seus vínculos teológico [metafísico] e filosófico, dado que foi nesse universo de questões que ele atuou. De nossa perspectiva, em sua abordagem dos temas humanos não há uma separação ou autonomia da fé religiosa e da razão. Em outras palavras, ele desenvolveu todos os seus temas de estudo com base em um quadro teológico, sendo Deus, portanto, o elemento central que fundamentava ou dava suporte às suas explicações. Assim, tudo foi organizado por ele com o intuito de explicar que o Ser do homem, isto é, suas potencialidades e capacidades, procedem de Deus. Concordamos, portanto, com Pierpauli (2013, p. 1), para quem, em Alberto Magno, os princípios, o objeto formal e o fim da ciência derivam do “[...] Ser e do Bem Supremo que são as primeiras criações de Deus”⁷ (PIERPAULI, 2013, p. 1, tradução nossa).

⁷ “[...] del Ser y del Bien Supremo que son las primeras creaciones de Dios” (PIERPAULI, 2013, p. 1).

Nosso interesse neste trabalho não é discutir profundamente essas duas posições, mas consideramos necessário apontá-las, visto que apoiamos a segunda. Seus termos são importantes para esclarecermos, por exemplo, que mesmo o ‘bem comum’ político, que se constitui como princípio, objeto formal e fim próprio da Filosofia Política postulada pelo mestre dominicano, deriva da mesma fonte: Deus. Ou seja, a noção de ‘bem comum’, de agir moral, que, muitas vezes, empregamos para tratar de questões materiais, terrenas, naquele contexto, ancorava-se na Teologia. Se não considerarmos esses fundamentos iniciais, podemos incorrer em uma interpretação parcial da proposição do *Doctor universalis* para a memória.

Feita esta observação, afirmamos que os níveis de fundamentação da memória em Alberto Magno são o teológico, o metafísico/filosófico e o moral. Considerando sua perspectiva de que tudo procede de Deus e que aos homens compete alcançar a sabedoria divina pelo esforço e pelo estudo, analisaremos sua concepção de memória. Ele a situa no campo do intelecto humano, entendendo-a como parte da alma racional. É pelo intelecto adquirido que o homem pode alcançar a ordem da Criação, portanto, a verdadeira sabedoria divina. A memória, como parte da alma racional, tem a função de registrar as experiências virtuosas e, assim, auxiliar o homem a alcançar a sabedoria, portanto, aproximar-se dos mais altos níveis de saber dados por Deus, o que, ao mesmo tempo, lhe dá a possibilidade de se aproximar de Deus, seu Criador.

2 OS NÍVEIS DE FUNDAMENTAÇÃO DA MEMÓRIA EM ALBERTO MAGNO

Como já adiantamos, a doutrina de Alberto Magno a respeito da memória funda-se em três níveis, assim ordenados: o teológico, o metafísico/filosófico e o prático (da moral). Ainda que o nosso propósito primordial seja evidenciar o aspecto moral da memória, é importante dar relevo aos aspectos teológico e metafísico, pois, com estes, podemos nos aproximar da compreensão da memória no âmbito proposto pelo *Doctor universalis*. Nestes níveis de fundamentação, a noção de ‘bem’

constitui-se em eixo orientador da própria existência humana. Na perspectiva de Alberto Magno o bem é Deus, a verdade e o ser. No bem teológico, as pessoas foram dotadas de existência, foram criadas, e o responsável por este bem da existência é Deus.

É importante ressaltar que na obra *De anima – Sobre a alma*, escrita por Alberto Magno entre os anos 1254-1257, encontramos sua fundamentação teológica para a memória. Nessa obra, composta por comentários ao tratado *Sobre a alma* de Aristóteles, com a intenção inicial de tornar seus predecessores conhecidos pelos latinos, ele começa por apresentar e percorrer as teses de Aristóteles. No entanto, como fazia com outros textos antigos, o mestre dominicano não se limita ao papel de compilador: interessa-lhe inserir e conciliar sua interpretação com as do filósofo, transformando suas teses em meios de compreensão do texto sagrado. Em seus comentários ele apresenta os conceitos de alma, intelecto, iluminação e participação, reinterpretados não somente à luz dos aristotélicos, mas também dos platônicos e neoplatônicos [o que se expressa nos conceitos de participação e iluminação] e dos árabes. Tais conceitos, relidos pelo mestre dominicano na perspectiva da Teologia sobrenatural, são fundamentais para compreender sua concepção de memória, visto que ele a situa como capacidade da inteligência humana. Pensamos que esta perspectiva abona o nosso objetivo, pois nessa obra observa-se a conotação teológica empregada por Alberto Magno, ou seja, sua intenção de construir uma memória cristã.

No sistema de Alberto Magno, o homem é formado de matéria (corpo) e forma (alma). A forma está “[...] vitalmente situada no interior de cada ente, constituindo a estrutura íntima dos objetos de conhecimento⁸” (PIERPAULI, 2007, p. 29, tradução nossa). No livro *Sobre a alma*, a alma é apresentada como o princípio natural de todo ser vivente (ALBERTO MAGNO, 2005). A alma não apenas habita o corpo, mas também lhe confere o princípio vital, a sua forma

⁸ “[...] vitalmente situada en el interior de cada ente, constituyendo la estructura íntima de los objetos de conocimiento” (PIERPAULI, 2007, p. 29).

substancial. A união ‘corpo e alma’ é substancial; é uma “[...] fusão de duas realidades incompletas, que constituem por sua união uma *substância única*, embora composta” (JOLIVET, 1982, p. 236, grifo do autor). Esta definição decorre da filosofia aristotélica. Para Aristóteles (2010, p. 67), o conceito de substância possui três sentidos, sendo que “[...] um é forma, outro matéria, e o terceiro o composto de forma e matéria.” A relação entre estes conceitos é explicada por Aristóteles do seguinte modo:

Destes, a matéria é potência, a forma é acto e, uma vez que o composto de ambos é o ser animado, o corpo não é o acto da alma; ela é que é, antes, o acto de certo corpo. Por isso, compreenderam correctamente os que julgaram que a alma nem existe sem corpo, nem é ela mesma um corpo. Não é, de facto, um corpo: é algo do corpo. E por isso existe no corpo, e em certo tipo de corpo, ao invés do que <sustentaram> os nossos antecessores (ARISTÓTELES, 2010, p. 67).

A apreensão desses conceitos por Alberto Magno tem como base um quadro teológico em que a alma é considerada como princípio vital único. O conhecimento da alma, segundo o mestre dominicano, é que permite conhecer o próprio homem, pois ela é o princípio do ser e do conhecimento.

O princípio natural de todo ser vivente é a alma. Portanto, só se podem conhecer os viventes conhecendo-lhes a alma, do mesmo modo como se conhece qualquer outro ser quando se lhe conhece a forma, pois a forma é o princípio do ser e do conhecer. Portanto, é-nos necessário realizar este estudo sobre a alma, antes que possamos dizer algo sobre os corpos dos seres vivos⁹ (ALBERTO MAGNO, 2005, p. 175).

⁹ Quanto ao tema ‘matéria (corpo) e forma (alma)’, Alberto Magno acompanha as reflexões de Aristóteles contidas no tratado *De anima – Sobre a alma*. Neste tratado, Aristóteles define a alma como forma do corpo, do mesmo modo que “nas substâncias sensíveis da natureza não existe forma sem matéria e matéria sem forma”. Vale dizer que, neste ponto, Aristóteles assume uma visão moderada entre o idealismo platônico e um materialismo extremado, defendendo a interdependência do corpo e da alma. No tratado de Aristóteles, o conceito de alma relaciona-se ao mundo natural, como princípio de vida orgânica, por isso o *De anima* é considerado um tratado de biologia (BOLZANI FILHO, 2007, p. 1). Alberto Magno, por sua vez, concorda com a localização do estudo da alma no campo das Ciências Naturais

Para o mestre de Colônia, ainda que as ações e paixões da alma “não sejam o corpo móvel”, o conhecimento da primeira conduz ao conhecimento do segundo. Ele explica que, entre as ações e as paixões [estado passivo do sujeito; o contrário de ação; apetite] da alma, estão “o sentir, o dormir, o estar em observação atenta, o nutrir e o respirar, e a morte e a vida”, bem como “o recordar e o mover”. De todas essas ações, “se há de obter conhecimento”, pois “uma vez adquirida a ciência da alma”, “[...] elas nos dirigirão no conhecimento dos corpos viventes¹⁰” (ALBERTO MAGNO, 1980, p. 172, tradução nossa).

As operações do corpo são executadas por meio de movimentos e operações corporais. “Assim é que a vista não vê sem o olho, nem exercemos a faculdade de andar sem os pés” (ALBERTO MAGNO, 2005, p. 175). Todavia, a alma racional, que “[...] é o princípio e a forma do corpo vivente”, atua “[...] sem nenhum instrumento corporal” e, por esta razão, situa-se em “[...] um âmbito universal de objetos: o entendimento pensa em tudo, e a razão raciocina sobre tudo, e a vontade possui a faculdade de voltar-se para o objeto que lhe apraz” (ALBERTO MAGNO, 2005, p. 175-176).

Analisando essa concepção do *Doctor universalis*, notamos que a alma racional é entendida como “primeiro princípio espiritual pelo qual o homem possui o movimento, a sensibilidade e a inteligência” (JOLIVET, 1975, p. 15). No homem, as operações nutritivas¹¹ e

e, neste aspecto, segue Aristóteles. “Assim, pois, embora a alma, e suas ações e paixões, não sejam o corpo móvel, que é o objeto da Filosofia Natural, contudo a alma é o princípio natural dessa classe de corpo, e por isso deve-se tratar dela nas ciências naturais” (ALBERTO MAGNO, 2005, p. 175).

¹⁰ [...] las acciones y pasiones del alma son el sentir, el dormir, el estar en vela, el nutrir y el respirar, y la muerte y la vida, de todas las cuales, y otras similares, como el recordar y el mover, se ha de obtener conocimiento una vez adquirida la ciencia del alma, ya que ellas nos dirigirán en el conocimiento de los cuerpos vivientes (ALBERTO MAGNO, 1980, p. 172).

¹¹ A «faculdade nutritiva», para Aristóteles (2010, p. 65) é “[...] aquela parte da alma de que as plantas também participam”. Segundo o Estagirita, esta faculdade da alma está ligada “[...] à nutrição e à reprodução, pois a alma nutritiva pertence também aos outros seres vivos e é a primeira e mais comum faculdade da alma. Ela é, com efeito, aquela pela qual o viver pertence a todos os seres vivos. São funções suas a reprodução e a assimilação dos alimentos” (ARISTÓTELES, 2010, p. 71).

sensíveis¹² da alma necessitam diretamente do corpo e mesmo algumas operações superiores, como a inteligência e a vontade, dependem de certas condições orgânicas. “Mas a alma, por sua própria natureza, permanece independente do corpo, no sentido de que exerce sem órgão as suas funções superiores de inteligência e de vontade, e que é capaz de existir sem o corpo” (JOLIVET, 1982, p. 235). Desse modo, no homem, a alma é única: “[...] é a um tempo princípio da vida vegetativa, da vida sensível e da vida intelectual” (JOLIVET, 1982, p. 233).

A natureza da alma é que confere a razão ao homem, identificando-o e diferenciando-o de outros animais/seres. Assim, embora uma das funções da alma humana seja dar forma ao corpo, sua essência reside na capacidade de conhecimento intelectual (GILSON, 2007, p. 635). Assim, se a essência, em seu sentido restrito, significa: “[...] aquilo pelo qual uma coisa é o que ela é e difere de qualquer outra” (JOLIVET, 1982, p. 274, grifos do autor), a essência do homem, o que o define e o diferencia, é a sua racionalidade.

Para o mestre de Colônia, a alma racional é a “perfeição do homem” e, por possuir universalidade e liberdade, distingue-se de todas as suas partes, ou seja, não possui ligação com nenhuma parte do corpo. Afirma ele que seria um erro considerar que todo o conhecimento humano se origina dos sentidos e que a alma, especialmente a intelectiva, não se manifesta por algum sentido. Os hereges teriam se apoiado nisso “[...] para negar a existência da alma¹³” (ALBERTO MAGNO, 1980, p. 173, tradução nossa). Neste aspecto, notamos que Alberto Magno posiciona-se firmemente em relação à existência da alma e ao conhecimento humano, considerando-o que sua aquisição não ocorre meramente pelos sentidos, mas é de origem divina. Esse conceito corresponde à defesa do dogma cristão pelo mestre dominicano em face dos grupos opositores, como os considerados heréticos, que questionavam as posições da Igreja.

¹² A alma sensível ou sensitiva tem por função captar a forma dos objetos sensíveis; ela é o “[...] princípio do movimento e da sensibilidade nos animais” (JOLIVET, 1975, p. 15).

¹³ A sentença toda na versão em espanhol de *Sobre el alma* é: “Em eso se apoyaron los hereges para negar la existencia del alma” (ALBERTO MAGNO, 1980, p. 173).

Para o *Doctor universalis*, a alma racional é dada por Deus. “Deus excelso nos dotou de razão e entendimento para que, refletindo sobre os sentidos, a razão perceba e considere não só os objetos sensíveis, mas também o que está latente por baixo deles” (ALBERTO MAGNO, 2005, p. 176). A proposta educacional do autor é formar uma concepção de homem e de alma, na qual o homem se reconheça como algo mais do que simples matéria, ou seja, como origem divina. Essa busca dos fundamentos da fé cristã para seu fortalecimento evidencia o quanto Alberto Magno ‘fala’ imerso em seu contexto histórico. Este debate era importante para a educação naquele momento, pois era necessário encontrar fundamentos para se posicionar diante de grupos que criticavam as posições eclesiásticas; portanto, tratava-se da defesa da estabilidade do dogma.

Desse modo, o mestre dominicano entende que ainda que todo o nosso conhecimento ocorra a partir de coisas sensíveis, nem sempre o conhecimento profundo “[...] se detém e se conclui no sensível”. Explica:

[...] por vezes remonta muito mais alto, encontrando objetos elevados e distantes dos sentidos, como são a causa primeira, as inteligências separadas e a própria alma, porque se dá conta que está trabalhando sobre dados sensíveis quando raciocina e percebe a essência das coisas sensíveis (ALBERTO MAGNO, 2005, p. 176-177).

Assim, notamos que Alberto Magno faz uma relação do conhecimento pelas coisas sensíveis com o conhecimento pelas coisas sobrenaturais, aquelas que não estão presentes materialmente. No homem, a matéria (o corpo) é limitada e a forma (alma) lhe é superior. Há inteligências separadas (puras), as quais estão apenas nos entes que não possuem a matéria (corpo), ou seja, que não possuem esta limitação como nos homens. Assim, as inteligências separadas encontram-se somente nos anjos e em Deus. Nesse processo em que a razão humana se articula com a fé religiosa é que ocorre a aquisição de um rico conhecimento, pois a alma “[...] começa a perguntar-se sobre si mesma e a adquirir um conhecimento próprio de grande valor”

(ALBERTO MAGNO, 2005, p. 177). Neste ponto, notamos um registro claro da dimensão teológica nas preocupações do *Doctor universalis*.

2.1 LUX, LUZ DIVINA COMO PARTICIPAÇÃO NA INTELIGÊNCIA HUMANA

Pelo que foi analisado até o momento, podemos afirmar que Alberto Magno entende a memória como função da alma, da alma intelectual. Ela seria uma capacidade da alma que está em função da inteligência humana. Desse modo, a explicação que o autor dá para a questão da memória decorre de sua doutrina da inteligência humana.

Para o mestre dominicano, a inteligência humana emana de Deus, sendo isso fundamental para a compreensão de sua concepção de memória. A inteligência emana de Deus, sendo atribuída aos homens pela *Luz Divina*. Com o conceito de *lux*, o *Doctor universalis* explica (metafisicamente) o alcance (teológico) do intelecto humano. É a fé em Deus Revelado que permite conhecer todas as coisas. Esse entendimento pode ser encontrado no Salmo 42-43, 3 “Manda a tua luz e a tua verdade para que elas me ensinem o caminho e me levem de volta a Sião, o teu monte santo, e ao Templo, onde vives”. Neste sentido, a Ciência de Deus “[...] explica todas as coisas por referência a Deus como Criador¹⁴” (PIERPAULI, 2013, p. 6). Isso aparece em uma obra da fase final da vida do autor, a *Summa theologiae – Suma teológica* – escrita por volta de 1270: “Na verdade, se diz Ciência Tua, pois conduz até Deus como a seu fim. Isto é o que se diz no Salmo Emite a tua Luz e a Tua verdade que me conduz até o tabernáculo e ao monte santo¹⁵” (ALBERTUS MAGNUS, 1978, p. 1-2 apud PIERPAULI, 2013, p. 6, tradução nossa).

Com essa perspectiva, seguindo Aristóteles, para quem o intelecto – *nous* – provém ‘de fora’ do corpo, Alberto Magno afirma que a inteligência

¹⁴ A sentença completa em espanhol é: “La Ciencia de Dios es aquella que explica todas las cosas por referencia a Dios como Creador” (PIERPAULI, 2013, p. 6).

¹⁵ “En efecto, se dice Ciencia Tuya pues conduce hacia Dios como a su fin. Esto es lo que se dice en el Salmo Emite Tu Luz y Tu verdad que me conduce hacia el tabernáculo y hacia el monte santo” (ALBERTUS MAGNUS, 1978, p. 1-2 apud PIERPAULI, 2013, p. 6).

humana é uma “[...] luz superior própria do homem que vem de fora – De anima, 429 b 5 e 430 a 15 – e ainda, com maior precisão, provém de uma instância superior¹⁶” (PIERPAULI, 2015, p. 97, tradução nossa).

Com a expressão ‘vir de fora’, Alberto Magno está se referindo à doutrina (metafísica) da participação, segundo a qual a inteligência/intelecto é uma ‘participação de Deus no homem’. Esta doutrina possui raízes em Platão – ideias subsistentes, eternas e imutáveis – e, posteriormente, em Santo Agostinho (354-430), para o qual as ideias divinas são modelos que “[...] expressam a Essência divina infinita e infinitamente imitável” (JOLIVET, 1975, p. 167). No livro *De trinitate – A trindade* – Santo Agostinho afirma que a alma

[...] honre a Deus incriado, que a criou capaz dele, o qual pode possuir por participação [Por isso, está escrito: Olhe! o culto de Deus é a verdadeira sabedoria (Jó 28, 28). E a alma não será sábia por suas próprias luzes, mas por participação daquela luz suprema onde reinará eternamente e será feliz (SANTO AGOSTINHO, 1994, p. 461).

Reiterando que, para Alberto Magno, a alma racional é dada por Deus, alertamos que, para ele, isso não implica que o ser humano é passivo na aquisição do conhecimento. Ao contrário, seu entendimento é o de que Deus concede à razão humana a capacidade de alcançar os mais altos níveis de conhecimento. É dada a cada homem a capacidade de aprender e de buscar a perfeição de seus conhecimentos, mas alcançá-los requer esforço, estudo, busca de saberes. No caso teológico, isso significa o estudo das obras divinas e da Sagrada Escritura.

Mas, ainda quando ocorra o que disse Dionísio falando de Hieroteo, isto é, que, padecendo a paixão pelo divino, ele difundiu as obras divinas, o estudo das coisas divinas coopera, pois, para este fim, ao modo de disposições no sujeito. Por este motivo,

¹⁶ A sentença completa em espanhol é: “La inteligencia es una luz superior propia del hombre que viene desde fuera – De anima, 429 b 5 y 430 a 15 – y aun con mayor precisión, proviene de una instancia superior” (PIERPAULI, 2015, p. 97).

muito recomendou Jerônimo o estudo das Sagradas Escrituras¹⁷ (ALBERTUS MAGNUS, 1978, p. 2-3 apud PIERPAULI, 2013, p. 8, tradução nossa).

Podemos inferir dessas considerações que o homem pode alcançar a sabedoria, galgar os mais elevados níveis de conhecimento, por meio da ciência, do conhecimento científico. Neste sentido, vale lembrar a distinção feita por Santo Agostinho entre sabedoria e ciência: “[...] de modo a se chamar propriamente sabedoria à ciência das coisas divinas, reservando o nome de ciência às coisas humanas” (SANTO AGOSTINHO, 1994, p. 439).

No Livro Sabedoria 9,14 –19, encontramos uma referência à sabedoria divina como forma de conhecer a Deus e a todas as coisas, em face da limitação do corpo humano.

Nós somos criaturas mortais, nossos pensamentos são fracos e nossos julgamentos são falhos, pois o corpo mortal é um peso para a alma; esta barraca [o corpo mortal] em que vivemos aqui na terra é uma carga para uma mente cheia de preocupações. É difícil entender o que se passa aqui na terra, e custamos a descobrir o que está bem perto de nós; como é, então, que vamos compreender o que está no céu? Ninguém pode conhecer a tua vontade se tu não lhe deres a Sabedoria e se das alturas não enviases o teu Espírito. Foi assim que aqui na terra os povos encontraram o caminho certo e aprenderam o que te agrada; eles foram salvos por meio da tua Sabedoria.

Para o mestre de Colônia, a luz por excelência está em Deus, que é a sua fonte. Deus, como inteligência separada, resplandece sua luz divina na alma humana, conferindo-lhe a mais alta potência. Este processo de participação do intelecto divino [e não se trata de

¹⁷ “Mas, aun cuando ocurra lo que dice Dionisio hablando de Hieroteo esto es, que padeciendo la pasión por lo divino, difundió las obras divinas, el estudio de las cosas divinas coopera pues a este fin, al modo de disposiciones en el sujeto. Por este motivo mucho recomendó Jerónimo el estudio de las Sagradas Escrituras” (ALBERTUS MAGNUS, 1978, p. 2-3 apud PIERPAULI, 2013, p. 8).

um “mero deslocamento de um lugar físico a outro”] ocorre no ato da concepção humana, já no embrião, conferindo ao homem o bem da existência. Desse modo, podemos entender que o bem que devemos buscar e fazer (nível prático) é o bem divino (nível teológico), dado por Deus no ato de constituição humana (nível metafísico) (PIERPAULI, 2015). Desse modo, a verdadeira sabedoria está em conhecer a ordem da criação divina; o conhecimento científico pode oferecer “uma nova luminosidade” a essa luz natural (PIERPAULI, 2013). Vejamos, então, como, na concepção de Alberto Magno, o intelecto humano pode alcançar a sabedoria, conhecendo a todas as coisas.

2.2 O INTELECTO ADQUIRIDO/ADEPTUS COMO O MAIS PERFEITO GRAU DE INTELECÇÃO NA DOCTRINA DA MEMÓRIA DE ALBERTO MAGNO

No livro *De anima*, Aristóteles distingue e examina dois tipos de intelecto: o intelecto passível e o intelecto agente. Ele explica que, assim como na natureza existe algo “[...] que é matéria para cada género (ou seja, aquilo que é, em potência, todas aquelas coisas), e uma outra coisa, que é a causa e o que age, por fazer todas as coisas (como, por exemplo, a técnica em relação à sua matéria)”, também na alma humana deve existir as mesmas diferenças. Assim, há dois tipos de entendimento, um passivo, receptivo, “capaz de se tornar todas as coisas” e outro agente “capaz de fazer todas as coisas” (ARISTÓTELES, 2010, p. 117).

Na filosofia aristotélica, a distinção entre os conceitos de ‘potência’ e ‘ato’ é fundamental, pois leva à distinção entre ‘matéria’ e ‘forma’. Aristóteles compara os dois intelectos com base no estado da luz. “É que a luz faz, de algum modo, das cores existentes em potência cores em actividade” (ARISTÓTELES, 2010, p. 117). Neste sentido, na passagem da potência (cores) ao ato (luz) ocorre uma transformação: a potência “é a aptidão *de tornar-se alguma coisa*” e o ato, por seu turno, “o estado do ser que adquiriu ou recebeu a perfeição para a qual estava em potência, ou o exercício de uma atividade que faz passar um ser da potência ao ato” (JOLIVET, 1982, p. 275, grifo do autor).

Na concepção de Alberto Magno, estes dois intelectos constituem, em primeira instância, o que ele denomina de inteligência humana (ver *De homine*). O intelecto possível está em potência de conhecer a essência das coisas. No entanto, ele “[...] só pode chegar a captar estas essências no nível da intencionalidade, graças à função iluminadora do intelecto agente¹⁸”. “Trata-se de uma vida superior, pois o ente, que é objeto de conhecimento, não vive somente na realidade, mas, depois do ato de abstração de sua essência, vive de um modo mais perfeito no interior da inteligência que conhece¹⁹”. O intelecto agente é o intelecto por excelência e sua função é “[...] conferir uma vida superior às formas – *eidós* – abstraídas da matéria²⁰”. Assim, “[...] o intelecto agente é uma perfeição do intelecto possível”²¹ (PIERPAULI, 2015, p. 96-97, tradução nossa).

A distinção de Alberto Magno entre a perfeição do intelecto agente e o intelecto possível confere com a distinção feita por Aristóteles, no *De anima*:

E este é o entendimento separável, impassível e sem mistura, sendo em essência uma atividade (agente). É que aquele que age é sempre mais estimável do que aquele que é afectado, como <é sempre mais estimável> o princípio do que a matéria. [...] É apenas depois de separado que o entendimento é aquilo que é, e apenas isso é imortal e eterno. Não recordamos, porém, porque este passivo é perecível; e, sem este [entendimento activo], nada há que entenda (ARISTÓTELES, 2010, p. 117).

¹⁸ “[...] tan solo puede llegar a captar esas esencias en el nivel de la intencionalidad, gracias a la función iluminadora del intelecto agente” (PIERPAULI, 2015, p. 96).

¹⁹ “Se trata de una vida superior, pues el ente que es objeto de conocimiento, no vive tan solo en la realidad, sino que, después del acto de la abstracción de su esencia, vive de un modo más perfecto en el interior de la inteligencia que conoce” (PIERPAULI, 2015, p. 96).

²⁰ “Su función es la de conferir una vida superior a las formas-eidos-abstraídas de la materia” (PIERPAULI, 2015, p. 96).

²¹ “De este modo, el intelecto agente es una perfección del intelecto posible” (PIERPAULI, 2015, p. 96-97).

Por meio destas duas funções do intelecto, podemos alcançar a ordem das coisas, o que, na concepção do *Doctor universalis*, denomina-se intelecto adquirido – *intellectus adeptus*. Este conceito de intelecto adquirido, segundo Pierpauli (2015, p. 96, tradução nossa), “[...] está completamente ausente no pensamento” de Aristóteles²². Alberto Magno busca-o nos autores árabes do século X, especialmente em Al-Farabi²³ (c. 870-950), filósofo árabe que, além da produção de obras importantes, também se dedicou a escrever comentários aos textos de Aristóteles. No *De anima*, assim como seu antecessor Al-Kindi²⁴, Al-Farabi dedicou-se ao estudo da questão dos dois intelectos propostos por Aristóteles (KENNY, 2008). Na concepção de Al-Farabi, é por meio do intelecto agente que se entende a passagem de potência o ato no intelecto humano. Em sua abordagem a respeito da psicologia humana, menciona três estágios de intelecto, cuja perfeição reside no intelecto adquirido.

Primeiramente há o intelecto receptivo ou potencial, a capacidade inata para o pensamento. Sob a influência do intelecto agente externo, essa disposição é exercida no pensar em ato, e o intelecto humano torna-se assim um intelecto em ato (‘o intelecto passivo em ato’). Finalmente, nos diz al-Farabi, um ser humano ‘aperfeiçoa seu intelecto receptivo com todos os pensamentos inteligíveis’. O

²² “La noción de intelecto adquirido está completamente ausente en el pensamiento del Filósofo” (PIERPAULI, 2015, p. 96).

²³ Al-Farabi nasceu na região da Transoxiana (região da Ásia Central, atual Usbequistão), às margens do rio Syr Darià. Representante expressivo do pensamento muçulmano, Al-Farabi além de comentários aos textos de Aristóteles produziu obras influentes, muitas delas “[...] dedicadas ao estudo das condições sociais e individuais em que o homem pode alcançar a felicidade” (RAMÓN GUERRERO, 2002, p. 21 apud COSTA, 2003, p. 102-103).

²⁴ Al-Kindi nasceu no ano 800, na cidade de Kufa, “[...] onde seu pai era governador”, e faleceu em 866. Considerado um grande filósofo muçulmano, era chamado de o “filósofo dos árabes”. Viveu a “era de ouro bagdadiana”, que compreende o período de 750 a 850 d.C, correspondente à era dos dez primeiros califas abássidas”. Esta situação, em parte, contribuiu para a sua produção intelectual, visto que recebeu proteção sucessiva dos “[...] califas al-Mamun e al-Mutasim (833-842), que lhe confiou a preceptoría do seu filho Ahmad” (DE LIBERA, 2004, p. 103).

intelecto assim aperfeiçoado é chamado de intelecto adquirido (KENNY, 2008, p.255).

No livro *De intellectu et intelligibili – Do intelecto e do inteligível* –, Al-Farabi relaciona o intelecto adquirido com a capacidade de conhecer as coisas mais elevadas, o que torna divino o próprio conhecimento humano (PIERPAULI, 2015). Teologicamente, esse conceito é utilizado por Alberto Magno para reafirmar a imortalidade da alma, no que ele se identifica com outros filósofos, e o faz para fundamentar sua ideia de que a alma humana é um elemento eterno, imortal, que define o homem (metafisicamente) para além de sua condição material, ou seja, de forma transcendental. A alma é imortal, sendo, portanto, o elemento que liga o homem ao seu Criador.

Conhecer-te Senhor é conhecer a justiça consumada; saber de ti e de tuas virtudes é a raiz da imortalidade. Isto se esclarece mediante o ensinado por Al-Farabi em seu livro intitulado *De intellectu et intelligibili*, a saber, que todos os filósofos colocaram a raiz da imortalidade da alma no intelecto adepto divino²⁵ (ALBERTUS MAGNUS, 1978, p. 2-3 apud PIERPAULI, 2013, p. 8, tradução nossa).

Para Alberto Magno, a essência do homem é Deus. No conhecimento estão expressos os degraus para se atingir a causa primeira de todas as coisas: Deus. Neste sentido, na doutrina da inteligência humana, o intelecto adquirido/adeptus é apresentado como o mais perfeito grau de intelecção; por meio dele podemos conhecer e reconstruir a ordem e a totalidade da Criação de Deus, nos limites da inteligência humana. Portanto, podemos depreender que, no caso da educação, o máximo que o mestre pode alcançar como objetivo educacional é elevar os seus discípulos ao nível do intelecto adquirido. O mestre concretiza sua

25 Conocerte Señor es conocer la justicia consumada, y saber acerca de ti y de tus virtudes es la raíz de la inmortalidad. Esto se aclara mediante lo enseñado por Al-farabi en su libro titulado *De intellectu et intelligibili* a saber que todos los filósofos pusieron la raíz de la inmortalidad del alma en el intelecto adepto divino (ALBERTUS MAGNUS, 1978, p. 2-3 apud PIERPAULI, 2013, p. 8, tradução nossa).

atuação como educador quando eleva o discípulo ao máximo que a inteligência humana pode chegar. Assim, por meio do conhecimento, pode-se alcançar a sabedoria divina.

Precisamos esclarecer ainda que, em sua conceituação de intelecto adquirido, Alberto Magno está se referindo “[...] às funções primárias que tornam possível o ato psicológico do conhecimento” e não à “função rigorosamente operativa da inteligência²⁶” (PIERPAULI, 2015, p. 97, tradução nossa).

Com relação às funções operativas da inteligência, ele distingue dois tipos de intelecto: o especulativo²⁷ e o prático²⁸. O intelecto especulativo é acionado quando o objeto de conhecimento é a ‘verdade’ mesma, caso em que se desenvolve sua dimensão contemplativa (*De homine*). O intelecto prático é o que orienta as ações que buscam fins concretos, os quais são chamados de ‘bens’, a atingir o bem por excelência (PIERPAULI, 2015).

A ação humana resulta, de um lado, do intelecto especulativo que confere aos homens os mais elevados conhecimentos e, de outro, do intelecto prático, ao qual o primeiro confere sua última e mais perfeita fundamentação. Estes intelectos aperfeiçoam-se no ato de conhecimento. Este aperfeiçoamento será maior quanto mais elevado for o objeto de conhecimento (PIERPAULI, 2015).

O intelecto especulativo é mais excelente que o prático, pois as verdades universais que ele revela são objeto da mais alta especulação a que o homem pode aspirar. O intelecto especulativo oferece os elementos por excelência das mais sublimes meditações e para isso não necessita de nada que lhe

²⁶ “No aludo aun a la función rigurosamente operativa de la inteligencia, sino las funciones primarias que tornan posible el acto psicológico del conocimiento” (PIERPAULI, 2015, p. 97).

²⁷ Especulativo: “atividade intelectual ordenada pura e simplesmente a conhecer” (JOLIVET, 1975, p. 81).

²⁸ Prático: “Que concerne à ação” (JOLIVET, 1975, p. 174).

seja alheio, já que tudo se encontra em si mesmo²⁹ (PIERPAULI, 2015, p. 98, tradução nossa).

Vale ressaltar que o intelecto especulativo e o intelecto prático só podem cumprir suas funções em conjunto com o intelecto possível e o intelecto agente. Como vimos, o intelecto agente é mais perfeito que o intelecto possível. No caso do intelecto especulativo, seu aperfeiçoamento torna-se maior quando se torna adquirido. Desse modo, para além da constituição ontológica, o intelecto especulativo se faz pelas descobertas e meditações com base em noções primárias, ou primeiros princípios. Neste sentido, a dimensão especulativa é uma perfeição do intelecto possível e do intelecto agente (PIERPAULI, 2015, p. 100).

Com relação à dimensão prática, ao contrário, nossa inteligência aperfeiçoa-se por meio do intelecto prático, o qual, de modo muito geral, é definido como a orientação específica e particularizada da sabedoria superior oferecida pelo intelecto especulativo e pelo próprio intelecto prático para o agir moral e prático. Por sua vez, a contemplação que mais aperfeiçoa o intelecto é traduzida como intelecto adquirido – *intellectus adeptus*, o que ocorre quando nossa inteligência não se conforma com as noções primeiras, vale dizer, com o hábito dos primeiros princípios, mas incorpora também as próprias reflexões adquiridas por meio da investigação e do estudo, porém, à luz do Ser Supremo que é Deus (PIERPAULI, 2015).

No sentido do intelecto adquirido, é sábio aquele que é capaz de descrever, conforme os limites da inteligência humana, a ordem da criação. Nesse sentido, podemos concluir que “o intelecto adquirido é um grau, o mais alto grau de desenvolvimento do intelecto especulativo; é ele que, segundo Alberto Magno, confere aos homens a imortalidade” (PIERPAULI, 2015).

²⁹ “El intelecto especulativo es más excelente que el práctico, pues las verdades universales que el mismo ha develado son objeto luego de la más alta especulación a que el hombre puede aspirar. El intelecto especulativo ofrece los elementos por excelencia de las más sublimes meditaciones y para ello no necesita de nada que le sea ajeno, sino que todo lo encuentra en sí mismo” (PIERPAULI, 2015, p. 98).

Alberto Magno coloca no âmbito do intelecto adquirido, na aquisição de novos conhecimentos e meditações, a possibilidade de se aproximar de Deus. O homem precisa se esforçar para conhecer, já que o conhecimento não é obtido por simples infusão divina. Este aspecto é muito relevante para os nossos propósitos: para aprender, acumular novas experiências, é necessário que o homem tenha memória de experiências para orientar o seu agir. É pela memória que o homem ‘acessa’ as experiências do passado; isso lhe dá critérios para decidir e agir. É na memória que devem estar ‘depositadas’ as experiências de uma vida virtuosa, as quais são necessárias para alcançar os mais altos níveis de conhecimento, portanto, da sabedoria divina. Alberto Magno, ao direcionar seu foco para o intelecto como possibilidade de alcançar a sabedoria divina, expressa o poder do conhecimento, da educação, de uma memória virtuosa, necessária para cumprir o seu grande interesse: conhecer a Deus. Para isso, é preciso evitar o mal e agir para o bem, o que requer uma memória cristã. Nesse sentido, a imortalidade da alma humana está diretamente relacionada às novas descobertas quando o homem busca conhecê-las à luz do objeto mais elevado que é Deus. O conceito “vir de fora” de Aristóteles não basta para justificar a imortalidade da alma: há também o labor filosófico. Alberto Magno mostra que Deus confere a inteligência superior (potências superiores) aos homens e, somente quando estes conhecem profundamente as coisas divinas, é que se efetiva a imortalidade da alma. Desse modo, um ponto relevante no pensamento de Alberto Magno é que ele situa o homem entre o tempo e a eternidade. Portanto, é “[...] quando se conhecem todas as coisas *sub specie aeternitatis* que se pode afirmar que o homem possui o *intelecto adquirido*³⁰” (PIERPAULI, 2015, p. 100, tradução nossa).

Precisamos esclarecer que o tema ‘conhecer a Deus’ não é exclusivo de Alberto Magno. Outros pensadores medievais do Ocidente e do Oriente ocuparam-se dele; mais ainda, os próprios textos das Sagradas

³⁰ “[...] cuando se conocen todas las cosas *sub specie aeternitatis* puede afirmarse que se posee el *intelecto adquirido*” (PIERPAULI, 2015, p. 100).

Escrituras mostram tal preocupação. No entanto, isso não descredencia o esforço de Alberto Magno, cujo interesse era estudar, transformar e buscar argumentos fortes nessas mesmas fontes para fortalecer o dogma da fé cristã. As obras de Alberto Magno fazem parte daquela tradição (escolástica) de buscar o que os homens do passado, pagãos e cristãos, em textos bíblicos ou não, disseram para fundamentar a fé cristã, a começar dos grandes homens da patrística. Posteriormente, Alberto Magno pensou o intelecto adquirido como condição, como fundamento da prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os estudos historiográficos e das fontes do autor, como o *De anima* (Sobre a alma), de Alberto Magno, conhecemos os conceitos relacionados à alma, ao intelecto, à participação e à luz divina. Com esses conceitos, entendemos a localização da memória na alma racional e os fundamentos (metafísico e teológico) de sua defesa de que a memória era necessária ao agir moral (prático) do homem.

O aspecto teológico perpassa a obra do mestre dominicano; desconsiderá-lo é o mesmo que desconhecer os próprios fundamentos históricos daquele momento. Destacamos, na análise, alguns conceitos necessários à compreensão da doutrina da memória em Alberto Magno. Para ele, a memória se localiza na alma racional, que emana de Deus. É pela ciência, pela aprendizagem de novos saberes, que o homem pode alcançar os mais altos níveis de conhecimento para chegar a conhecer a ordem da Criação. A memória é fundamental para preservar os conhecimentos. É pela memória que o homem pode alcançar a Sabedoria divina.

O pensamento educacional de Alberto Magno, como um sujeito histórico do século XIII, como mestre dominicano e universitário, ele esteve imerso nas preocupações daquele século; nele, estudou, buscou seus predecessores, muitos dos quais colocavam em discussão os fundamentos da fé, e, como homem de saber, posicionou-se firmemente, transformando e adequando esses autores ao que ele considerava necessário para a defesa e o fortalecimento da fé cristã.

Nessa perspectiva, ele esboçou uma doutrina da memória, cujos fundamentos eram o conhecimento teológico, a existência do ser humano como um ‘bem’ divino, seu agir moral e a possibilidade para alcançar a Sabedoria divina. A memória pensada por Alberto Magno era necessária para educar os homens para a vida terrena, mas também transcendia esse âmbito, já que deveria levá-los a alcançar o maior nível que a inteligência humana poderia alcançar: a compreensão da ordem da Criação. Ou seja, tendo em vista as necessidades da vida em sociedade, na cidade, ele considerava que a memória cristã seria eficiente na propagação do projeto educacional da Igreja e, ao mesmo tempo, no combate aos projetos dos grupos opositores.

Os fundamentos de sua concepção foram encontrados nas Sagradas Escrituras e nas obras de autores precedentes do Oriente e do Ocidente. Desses conhecimentos, ele retirou os argumentos para registrar a importância histórica da memória na educação. Em seu projeto educativo, a memória está no centro da defesa dos princípios cristãos. Ele a abordou tanto da perspectiva do ensino, como uma técnica de memorização, um meio para o homem ‘guardar’ os conhecimentos considerados importantes, quanto da perspectiva psicológica, investigando como o homem aprende, como se processam as condições internas para a aprendizagem. Assim, por meio de uma fundamentação teórica, filosófica e teológica, ele entendia que a memória justificava e nutria a forma e o conteúdo de ensino.

Segundo ele, no esforço do homem pela busca de conhecimento estava a possibilidade de alcançar o máximo de ‘bem’, seja na vida terrena, seja na dimensão divina, já que as mais altas capacidades cognitivas que o homem pode alcançar ultrapassam o âmbito terreno. Neste sentido, pensamos que a ‘grandiosidade’ da obra desse mestre esteja em dar uma dimensão tão significativa à educação. A memória é fundamental nesse processo educativo, pois, por meio dela, o homem pode ‘registrar’ as mais profundas experiências com o conhecimento. Assim, destacamos que é pelo conhecimento profundo que o projeto educacional de Alberto Magno se sustentou, respondendo aos embates daquele momento e, por isso, repercutiu no tempo. A memória se

efetiva com o ensino, com a aprendizagem, com a vivência de ricas experiências que lhe ‘imprimem’ o que há de ‘bem’, ou seja, imprimem-lhe de modelos de coisas boas que possam ser almejadas tanto na vida terrena e quanto na vida pós-morte.

A leitura das obras do *Doctor universalis* desafia-nos a pensar na formação do homem e no fato de que a responsabilidade do educador não prescinde de uma tomada de decisão prudente e para o ‘bem’. Assim, ele nos ensina que, mesmo quando nos apresentemos do lado de quem perde poder, não podemos negligenciar os princípios que orientam o ato de educar. Desse modo, sentimo-nos desafiados para ter coragem de ensinar e de planejar com clareza uma educação transformadora que atenda à formação do homem para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI MAGNI. De bono. In: KÜHLE, Henricus et al. (Ed.). **Opera Omnia**. T. XXVIII. Coloniae: Monasterii Westfolorum in aedibus Aschendorff, 1951.
- ALBERTI MAGNI. De prudentia. ALBERTI MAGNI. De bono. In: KÜHLE, Henricus et al. (Ed.). **Opera Omnia**. T. XXVIII. Coloniae: Monasterii Westfolorum in aedibus Aschendorff, 1951. p. 217-258.
- ALBERTO MAGNO. Sobre el alma. In: FERNANDEZ, Clemente (Org.). **Los filósofos medievales**. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1980. p. 171-190.
- ALBERTO MAGNO. Textos sobre o método e a ciência. Sobre a alma. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: textos**. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Edipucrs, 2005. p. 171-183.
- ALBERTUS-MAGNUS-INITIUT. **Gesamtplan der Edition**. Disponível em: <<http://www.albertus-magnus-institut.de>>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- ARISTÓTELES. **Sobre a alma**. Tradução de Ana Maria Lóio. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010. Disponível em: <<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/Sobre-a-Alma-De-Anima-Arist%C3%B3teles.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- BOLZANI FILHO, Roberto. A alma como forma do corpo. **Revista do IEEE América Latina**, São Paulo, p. 8, set. 2007. Disponível em: <http://www.edusp.com.br/cadleitura/cadleitura_0907_8.asp>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- CRAEMER-RUEGENBERG, Ingrid. **Alberto Magno**. Tradução de Claudio Gancho. Barcelona: Herder, 1985.
- COSTA, Ricardo da. A Educação na Idade Média: a busca da sabedoria como caminho para a felicidade: al-Farabi e Ramon Llull. **Dimensões**, Vitória, v. 15, p. 99-115, 2003. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/educacao-na-idade-media-busca-da-sabedoria-como-caminho-para-felicidade-al-farabi-e-ramon>>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- DE LIBERA, Alain. **A Filosofia medieval**. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- GILSON, Étienne. **A Filosofia na Idade Média**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JOLIVET, Régis. **Curso de Filosofia**. Tradução de Eduardo Prado de Mendonça. 14. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1982.

JOLIVET, Régis. **Vocabulário de Filosofia**. Tradução e prefácio de Gerardo Dantas Barretto. Rio de Janeiro: Agir, 1975.

KENNY, Anthony. **Uma Nova História da Filosofia Ocidental**. São Paulo: Loyola, 2008. v. 2: Filosofia Medieval. Disponível em: <<https://books.google.com.br/ks?id=oS29wpogSdoC&pg=PA255&lpg=PA255&dq=alfarabi+do+intelecto+e+dos+intelig%C3%ADveis&source=bl&ots=s584zN0LXM&sig=qGj5SS6qYWBNCIjOP47z2YZzYKs&hl=pt-BR&sa=X&ei=jijJVlHyJI-sQSh0YDwDw&ved=0CCQQ6AEwAQ#v=onepage&q=al-farabi%20do%20intelecto%20e%20dos%20intelig%C3%ADveis&f=false>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

LAUAND, Luiz Jean. Dois sermões de Agostinho: estudo introdutório. In: LAUAND, Jean (Org.). **Cultura e Educação na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/mp5/agostinho.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

PIERPAULI, Jose Ricardo. La doctrina del Intelecto Adquirido en Alberto Magno y su proyección a la Filosofía Política: un contrapunto con la misma doctrina en la Filosofía Política de Al-Farabi. **Intus Legere Filosofia**. v. 9, n. 2. p. 93-109, 2015. DOI: 10.15691/0718-5448Vol9Iss2a147

PIERPAULI, José Ricardo. **Racionalidad práctica y filosofía política: los modelos de Alberto Magno y de Tomás de Aquino y su significado para la filosofía política actual**. Buenos Aires: Lancelot, 2007.

PIERPAULI, José Ricardo. Sabiduría y Ciencia Política en la obra de Alberto Magno. In: JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS., 12; JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 4., 2013, Maringá. **Anais...** Maringá: Eduem, 2013.

SANTO AGOSTINHO. **A trindade**. Tradução do original latino e introdução de Agustino Belmonte. São Paulo: Paulus, 1994.

TARABOCHIA CANAVERO, Alessandra. Introduzione, traduzione e note. In: ALBERTO MAGNO. **Il Bene**. Milano: Rusconi, 1987. p. 7-82.